

Despatriarcalização do bem-viver: caminhos a partir dos movimentos feministas contra-hegemônicos na Bolívia

Mariana Rocha Malheiros

¡DALE!, PPGICAL / UNILA

Despatriarcalização do bem-viver: caminhos a partir dos movimentos feministas contra-hegemônicos na Bolívia

Resumo:

O presente artigo se propõe a investigar parte da concepção de despatriarcalização da categoria “Bem-Viver” protagonizada pelos movimentos feministas na Bolívia. Primeiramente questiona-se a necessidade de despatriarcalizar esta alternativa, tendo em vista que não se trata de uma produção ocidental, mas de cosmovisões que vêm dos povos indígenas e afrolatinos, trazendo um diálogo entre produções que abordam o Bem-Viver como alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental e o Feminismo Decolonial, vinculado aos movimentos feministas contra-hegemônicos, especialmente indígenas, afrolatinos e afrocaribenhos. Na segunda parte, apresentam-se os elementos que os movimentos feministas contra-hegemônicos na Bolívia organizaram a partir do Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades “Mujeres Construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien” (PNIOM), analisando, também pelo viés do Feminismo Decolonial, o posicionamento das mulheres para despatriarcalizar o Bem-Viver. Dentro de metodologia qualitativa, através de revisão bibliográfica e análise documental, conclui-se que os Bem-Viveres, em suas diversas formas, precisam ser formados pela metade dos povos, as mulheres, tanto nas cosmovisões, como nas epistemologias e nas práxis de transformação, especialmente para o enfrentamento aos epistemicídios e violências que negam a existência dos (as) outros (as).

Palavras-chave: bem-viver; despatriarcalização; feminismo decolonial; movimentos feministas contra-hegemônicos; Bolívia.

Despatriarcalización del Buen Vivir: caminos desde los movimientos feministas en Bolivia

Resumen:

Este artículo se propone indagar parte del concepto de despatriarcalización de la categoría Buen Vivir construido por movimientos feministas en Bolivia. En primer lugar, se cuestiona la necesidad de despatriarcalizar esta alternativa, considerando que no se trata de una producción occidental, sino de cosmovisiones que provienen de los pueblos indígenas y afrolatinos, trayendo un diálogo entre producciones que abordan el Buen Vivir como una alternativa al modelo de desarrollo occidental y el Feminismo Decolonial, vinculado a movimientos feministas contrahegemónicos, especialmente indígenas, afrolatinos y afrocaribeños. En la segunda parte, presentamos los elementos que los movimientos feministas contrahegemónicos en Bolivia organizaron a partir del Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades “Mujeres Construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien” (PNIOM), analizando, también desde la perspectiva del Feminismo Decolonial, el posicionamiento de las mujeres para despatriarcalizar el Buen Vivir. Dentro de una metodología cualitativa, mediante revisión bibliográfica y análisis documental, se concluye que el Buen Vivir, en sus diversas formas, necesita ser formado por la mitad de los pueblos, las mujeres, tanto en cosmovisiones, epistemologías y praxis de transformación, especialmente para el enfrentamiento a los epistemicidios y violencias que niegan la existencia de los demás.

Palabras clave: buen vivir; despatriarcalización; feminismo decolonial; movimientos feministas contrahegemónicos; Bolivia.

Depatriarchalization of living well: ways from counter-hegemonic feminisms movements in Bolivia

Abstract:

This article proposes to investigate part of the process aimed at the conception of despatriarchalization of the category "Living Well", carried out by counter-hegemonic feminisms movements in Bolivia. In first part, it questions the necessity of despatriarchalization of this alternative, considering than Living Well isn't a western product, but result of indigenous and afrolatins worldviews, in dialogue between productions about "Living Well" as alternative to western development model and the Decolonial Feminism, linked to counter-hegemonic feminisms movements, mainly indigenous, afrolatins and afrocaribbeans. In second part, it presents elements than counter-hegemonic feminisms movements in Bolivia work out from National Plan for Equal Opportunities called "Mujeres Construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien" (PNIOM), analyzing through Decolonial Feminism, the positioning of women to despatriarchalize the "Living Well". With qualitative methodology, through literature review and document analysis, it concludes than "Livings Well", in their various forms, need to be created for folk a half, than are women, from their worldviews, epistemologies and transformation actions, especially to the confrontation against epistemicides and violences than deny the existence of others.

Keywords: *living well; despatriarchalization; decolonial feminism; counter-hegemonic feminisms movements; Bolivia.*







Provocações iniciais: é preciso falar em bem-viver despatriarcalizado?

Quando iniciei a pesquisa de mestrado sobre a participação das mulheres indígenas na construção da plurinacionalidade e do bem-viver na Bolívia, tinha como hipótese a concepção que as maiores violências sofridas pelos movimentos feministas contra-hegemônicos¹ no país vinham da elite branca e colonizada que ali residia. De fato, esta elite provocou algumas violências gravíssimas, inclusive durante o golpe de 2019², especialmente na perseguição às mulheres que ocupavam cargos públicos pelo Partido Movimiento ao Socialismo (MAS) (MALHEIROS, 2021).

Contudo, na medida em que analisava dados quantitativos pelo viés do Feminismo Decolonial, percebi também a presença de patriarcados entre os povos indígenas da Bolívia, o que foi corroborado quando me deparei com a concepção de entronque patriarcal, oriunda do Feminismo Comunitário, um dos movimentos feministas contra-hegemônicos que atuou na Bolívia durante a Assembleia Constituinte e existe até os dias atuais (MALHEIROS, 2021). O entroncamento patriarcal analisa como o patriarcado³ moderno/colonial se entroncou com os patriarcados originários, tornando-os ainda mais violentos às mulheres (CURIEL, 2020).

Ao estudar o processo da Assembleia Constituinte que deliberou pelo Estado Plurinacional, em 2008, e tendo o *Vivir Bien* como um dos princípios deste Estado que se propunha a ser descolonial, me deparei com a seguinte estatística: sete em cada dez mulheres na Bolívia sofreu algum tipo de violência em suas casas ou nas suas comunidades (MALHEIROS, 2021). Assim, diante destes dados, a seguinte questão emergiu: quais elementos possibilitaram a construção de Bem-Viveres em perspectivas descolonizadoras, mas também despatriarcalizadoras na Bolívia Plurinacional?

Considerando que em minha pesquisa trabalhei com o Feminismo Decolonial em diálogo com as produções dos movimentos de mulheres da Bolívia como base teórica, a resposta que construí não tem viés universal, tampouco um posicionamento neutro: tem o lugar dos feminismos organizados a partir das mulheres racializadas na América Latina e no Caribe, principalmente na Bolívia. Contudo, ainda que a universalidade não seja um objetivo, ao pensar no processo de despatriarcalização, é também importante pensar até que ponto as epistemologias e práxis

1 Entendo que os feminismos contra-hegemônicos são os que se pautam criticamente em relação aos feminismos ocidentais, especialmente os neoliberais. Na América Latina, e conseqüentemente na Bolívia, estes movimentos são protagonizados por mulheres racializadas: indígenas, afrolatinas, afrocaribenhas; mas também possuem participação de trabalhadoras, migrantes, lésbicas, trans e que possuem sexualidades contra-hegemônicas. Em comum, estes feminismos contestam a universalidade da categoria “gênero” produzida pelo feminismo ocidental e interseccionam outras categorias como prioritárias no debate feminista, como “racismo”, “pobreza”, “acesso aos direitos sociais”, “ancestralidade” (MALHEIROS, 2021).

2 Nas eleições presidenciais de 2019, o presidente Evo Morales, do Partido Movimiento Ao Socialismo (MAS) foi reeleito no primeiro turno, o que gerou uma série de manifestações e instabilidade política no país, levando à sua renúncia em novembro do mesmo ano. Como as manifestações foram protagonizadas por grupos de direita, com viés racista e colonialista e que também mantinham vínculos com os Estados Unidos da América (EUA), boa parte dos movimentos sociais e indígenas na Bolívia entenderam o processo como um golpe de Estado, inclusive o Feminismo Comunitário que se manifestou durante o processo apontando que a renúncia foi parte do golpe sofrido pelo MAS (MALHEIROS, 2021). Da mesma forma, também entendo que houve um golpe no país após as eleições de 2019.

3 Muito já se produziu sobre o conceito de patriarcado. Para este artigo, trago o conceito que as mulheres bolivianas apresentaram no PNIOM, sendo o mesmo a organização política, econômica, religiosa e social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, da autoridade do pai sobre a mãe e os(as) filhos(as). Os homens se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres, bem como dos seus produtos, criando uma ordem simbólica que se manifesta por mitos e religiões, ao mesmo tempo que se perpetua como única estrutura possível (VMGAG, 2008).

Despatriarcalização do bem-viver

destes movimentos impactam categorias como “Desenvolvimento”, “Estado” e “Bem-Viver”. Trata-se de generalizar, sem universalizar (CURIEL, 2020).

Ainda, é preciso ressaltar um ponto deste artigo. Foram utilizadas treze fontes na organização deste texto (referenciadas ao final), em que as quatorze autoras são mulheres da América Latina e do Caribe: cinco brasileiras, três argentinas, duas equatorianas, uma colombiana, uma dominicana, uma mexicana e, por fim, mulheres bolivianas, autoras do documento analisado.

A escolha por mulheres latino-americanas e caribenhas foi parte da construção deste artigo, como caminho para evidenciar a potência de suas produções, que dialogam a partir de diversas categorias, não somente “gênero” e “sexualidade”. Não se trata de negar a contribuição de autores importantes como Alberto Acosta e Álvaro Garcia Linera ou invisibilizá-los, mas foi um caminho metodológico também para enfrentar o patriarcado presente nas produções acadêmicas e que, muitas vezes, ignora a produção das mulheres na ciência.

A metodologia utilizada para a construção deste artigo foi a qualitativa, buscando sair das respostas positivistas das ciências humanas (LAKATOS; MARCONI, 2003). Utilizei a pesquisa bibliográfica e a análise documental do Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades sob título “Mujeres Construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien” (PNIOM), lançado pelo MAS em 2008 e elaborado pelos movimentos de mulheres na Bolívia, com maior participação do Feminismo Comunitário (MALHEIROS, 2021).

Na primeira parte do artigo, a partir de revisão bibliográfica, exponho as relações entre os conceitos do Bem-Viver e do Feminismo Decolonial, buscando bases comuns para possibilitar processos de despatriarcalização. Na segunda parte, examino o documento supracitado dialogando com os elementos teóricos apresentados anteriormente. Este tópico está dividido em quatro subtópicos, especificando os eixos abordados pelas mulheres no PNIOM. Por fim, as considerações finais.

Intersecções entre bem-viver e o feminismo decolonial: construindo processos de despatriarcalização

A socióloga argentina Maristela Svampa (2019) entende que uma das bases da modernidade é o antropocentrismo, que apresenta a necessidade de exploração da natureza para obtenção de lucro, visando o bem-estar da humanidade, e baseando-se na também dicotomia “homem x natureza”, em que o homem é o mais importante. Sendo base ao capitalismo em expansão na Europa, o antropocentrismo marcou um posicionamento hierárquico da superioridade do homem⁴, justificado com a ciência moderna, para apropriação da natureza, a partir da concepção de desenvolvimento (SVAMPA, 2019).

A partir da modernidade, já não se tratou mais sobre “natureza”, “fauna” e “flora”. As categorias que se apresentam são os “bens” ou “recursos naturais” para das relações estabelecidas entre homens e elementos naturais (MALHEIROS, 2021).

Para a historiadora brasileira Tereza Spyer Dulci (2020), o desenvolvimento é um dos pilares da modernidade e sua construção se apresenta como paradigma universalizado, especialmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, até o período atual. Após a Segunda Guerra Mundial, na

⁴ O uso da categoria homem, neste contexto, foi intencional, a partir dos estudos de Maria Lugones sobre a colonialidade de gênero (LUGONES, 2008). A partir da colonialidade de gênero entendo que o antropocentrismo colocou homens, e não homens e mulheres, como centro da expansão capitalista na modernidade e avanço das ciências nos séculos XVI e XVII.

década de 1950, a construção do desenvolvimento na América Latina passava pela modernização da economia e da infraestrutura do continente, paradigma proposto por autores-chave da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe - CEPAL, como o economista brasileiro Celso Furtado (DULCI, 2020).

Depois, dentro da própria CEPAL, surgiram as críticas a esta proposta no marco da Teoria da Dependência. Entre as produções de mulheres nesta escola, cabe mencionar o trabalho da economista brasileira Vânia Bambirra. Em suas produções, Bambirra destacou como a industrialização nos países centrais, exigem a produção de matérias primas e produtos agrícolas nos países que foram colonizados, bem como, estes mesmos países precisam expandir seus mercados internos para a aquisição dos produtos manufaturados produzidos pela Europa. Para a autora, ainda que estas questões possam ser vistas separadamente, estes elementos são partes vinculantes do mesmo processo econômico que sustenta a divisão internacional do trabalho. Deste modo, ainda que ocorram avanços no poder aquisitivo da população e acesso aos bens de consumo, o modelo econômico ainda é de dependência (BAMBIRRA, 1999).

Com o avanço do neoliberalismo e da globalização de mercadorias, a partir da década de 1970, é possível considerar que o modelo de desenvolvimento se tornou ainda mais predatório aos países latino-americanos. A presença das agências internacionais em países periféricos e o investimento externo realizado representam este modelo (DULCI, 2020).

Em resposta a estas políticas e a este modelo econômico de capitalismo moldado pelo extrativismo, durante a década de 1990, se desenvolveu na América Latina (principalmente na América do Sul), uma escola teórica conhecida como Pós-Desenvolvimentista, influenciada pelas teorias críticas latino-americanas, como a Teoria da Dependência e o Pensamento Decolonial. Esta escola priorizava o diálogo com movimentos e organizações sociais latino-americanas, isto é, voltava-se especialmente para populações que sofreram os processos de racialização e generificação, como os povos indígenas, tradicionais, as(os) descendentes das(os) africanas(os) escravizadas(os) (DULCI, 2020).

Swampa (2019) entende este movimento como “Giro Ecoterritorial”, e inclui, além dos movimentos indígenas, afrolatinos e afrocaribenhos, o movimento negro estadunidense e os feminismos do Sul Global. Neste contexto pós-desenvolvimentista e do Giro Ecoterritorial, a antropóloga mexicana Rosalva Aída Hernández Castillo aponta que o Bem-Viver é um horizonte indígena, que coloca o bem-estar da sociedade acima dos interesses do grande capital, especialmente na defesa das terras e territórios dos povos latino-americanos (CASTILLO, 2017).

As concepções de bem-viver, como crítica ao desenvolvimento capitalista da modernidade, tem por bases as lutas dos povos indígenas, camponesas(es), mulheres, jovens, negras(os), ambientalistas e estudantes na América Latina (CASTILLO, 2017). Por isso, opto pelo termo “Bem-Viveres”, com a pluralidade de suas construções, respeitando as especificidades de cada grupo não hegemônico que contribui para pensar alternativas fora dos moldes do capitalismo neoliberal, com suas próprias categorias críticas à modernidade ocidental.

Os Bem-Viveres perpassam o indigenismo, mas não são categorias homogêneas mesmo entre as(os) indígenas. Em comum, estes movimentos realizam o enfrentamento às concepções neoliberais que moldam instituições latino-americanas e caribenhas, tais como, individualismo e meritocracia (CASTILLO, 2017).

Entendo que, apontar este viés é necessário para que não se caia no essencialismo que limita tanto os processos descolonizadores quanto despatriarcalizadores. Existem perspectivas que o tratam como categoria de mudança civilizacional para enfrentar as mudanças climáticas;

para combater a sociedade capitalista ocidental; ou construir um feminismo decolonial dentro da sociedade latino-americana. Os Bem-Viveres das mulheres são diversos, plurais, em constante transformação e com enfoque de gênero, porém, em diálogo com outras categorias que questionam as opressões, especialmente dentro do Feminismo Decolonial, trazendo raça e a luta anti-colonial (VAREA; ZARAGOCIN, 2017).

Cabe destacar que o feminismo faz parte do pensamento crítico que emergiu com a modernidade, contudo, a partir das produções e ações de mulheres latino-americanas e caribenhas, principalmente negras, indígenas, trabalhadoras, lésbicas e trans, ocorreu a insurgência de um feminismo desde e para a América Latina, que questionou a universalização da categoria mulher, caracterizada pelo feminismo produzido por mulheres ocidentais, brancas e burguesas na Europa e nos Estados Unidos da América. Dentro destas produções latino-americanas, a socióloga colombiana Betty Ruth Lozano Lerma destaca as vertentes feministas decoloniais, especialmente por situarem historicamente as categorias “gênero” e “heterossexualidade” e abordarem “raça” como importante categoria feminista (LERMA, 2021).

Assim, o feminismo decolonial possui duas fontes principais: os feminismos críticos não-hegemônicos e as produções do Grupo Modernidade/Colonialidade⁵ (M/C). A antropóloga dominicana Occhy Curiel, que analisou a contribuição do Grupo para as produções do feminismo decolonial (CURIEL, 2020), considera a categoria “colonialidade” como contribuição original do Grupo. A colonialidade não se limita aos fatos históricos, sendo parte também do processo de independência dos países latino-americanos, da formação de Estados-Nação nos países periféricos e, principalmente, da hierarquização étnico-racial que se fez (e faz) presente na construção dos espaços de poder (idem).

A colonialidade traz que, mesmo com estes fatos históricos relevantes para o fim do colonialismo, a divisão internacional do trabalho não sofreu alteração, mantendo-se as principais estruturas coloniais, formadas a partir da hierarquia de raças e etnias, que foram a base para a consolidação do capitalismo mundial e modernidade ocidental, sendo todas estas categorias inseparáveis (CURIEL, 2020). Para a autora: “A América é um produto da modernidade na construção de um sistema mundo; a Europa, para constituir-se como centro do mundo, a produziu como sua periferia desde 1492, quando o capitalismo se faz mundial, através do colonialismo” (idem, p. 126).

Entendo necessário ressaltar esta questão apontada pelo Grupo M/C porque, se entendemos que a colonialidade foi mera consequência da modernidade, não é necessário retomar e/ou produzir novas categorias de análise. Ao reconhecermos a colonialidade e suas diversas manifestações – especialmente no poder, saber e ser (CURIEL, 2020) - como parte do projeto da modernidade, compreendemos a urgência de buscarmos novas categorias, saberes e conhecimentos, produzidos fora da lógica ocidental, especialmente os que emergem dos povos subalternizados dentro das hierarquias baseadas em raça e etnias.

5 O Grupo Modernidade/Colonialidade foi formado na década de 1990 por intelectuais latino-americanos que lecionavam em universidades do Norte Global e universidades latino-americanas, influenciados pelas teorias críticas latino-americanas, mas também dialogando com o Pós-Colonialismo e os Estudos Subalternos. Algumas das principais referências do Grupo são: Aníbal Quijano (peruano), Walter Dignolli (argentino), Enrique Dussel (argentino/mexicano), Arturo Escobar (colombiano), Catherine Walsh (estadunidense), entre outras(os).

Curiel retoma especialmente a categoria “colonialidade do poder”, de autoria do peruano Aníbal Quijano⁶, que a entende como relações sociais de exploração/dominação em torno da disputa do trabalho, natureza, sexo, reprodução, subjetividade e conhecimento, tudo a partir da concepção da ideia de raça (idem). É importante destacar que a argentina María Lugones foi quem fez uma leitura do conceito de colonialidade de Quijano com outra chave. Ela entende que o mesmo não está completo porque o autor reduz gênero ao sexo e seus produtos, ignorando sua construção social (LUGONES, 2008).

A complexidade da análise de Lugones consiste em que, para a autora, “gênero”, com o binarismo feminino e masculino, é uma categoria fruto do fenômeno interno vivido pela Europa. Para os colonizadores, as(os) indígenas não eram homens e mulheres (diferença de gênero), mas somente machos e fêmeas (diferença biológica) (LUGONES, 2014).

A autora aponta também que Quijano não percebeu o controle sobre a sexualidade ocorrido com a chegada dos europeus e o capitalismo em expansão na Europa, sendo a heterossexualidade imposta dentro do processo de colonização (LUGONES, 2008). Por isso o controle da sexualidade também precisa ser visto dentro do marco da colonialidade do poder, tal como a categoria raça porque, para a autora, o capitalismo eurocêntrico é heterossexual.

Ainda de acordo com Lugones, gênero e sexualidade também compõem a colonialidade do poder e, trazendo a interseccionalidade dos movimentos de mulheres de cor nos EUA (especialmente das mulheres negras), aponta como gênero, sexualidade e raça se articularam para oprimir os povos nativos (LUGONES 2008; 2014). Entendo aqui que Lugones falou de poder em sentido amplo, trazendo à colonialidade do poder não somente a centralidade de raça, mas de gênero e sexualidade, como elementos complementares: colonialidade de gênero é também colonialidade do poder.

Ainda, compreendo que, o trabalho de Lugones evidenciou o quanto categorias como “gênero” e “sexualidade” foram ignoradas dentro de produções que traziam perspectivas descolonizadoras em suas bases, apontando um vazio epistêmico feminista e de sexualidades não-hegemônicas. Posteriormente, outras feministas decoloniais, como Lerma e Segato, trouxeram críticas ao essencialismo que invisibiliza as violências de gênero que ocorrem nas culturas indígenas e afrolatinas (LERMA, 2021; SEGATO, 2021).

Este feminismo, marcado pela crítica ao feminismo ocidental, branco, heterossexual, cis e burguês, bem como, crítico à invisibilização das categorias “gênero” e “sexualidade” dentro do pensamento decolonial, é uma das bases para pensar e construir Bem-Viveres que não sejam somente alternativas descolonizadoras, mas também despatriarcalizadoras. Estas críticas, que se complementam, falam de “patriarcados de baixa intensidade” (SEGATO, 2021), “patriarcado original ancestral” e “patriarcado colonial negro” (LERMA, 2021), apontando que as culturas ancestrais indígenas e afrolatinas também são marcadas por um patriarcado que oprimiu as mulheres e que, para a construção dos Bem-Viveres, precisam ser enfrentados.

Dentro deste contexto, “despatriarcalizar” envolve a *práxis* da disputa das epistemologias, ontologias e cosmovisões feministas em torno da totalidade, partindo de nossas experiências como mulheres impactadas pelo racismo, capitalismo, colonialismo e também patriarcado (MALHEIROS, 2021). Cada vez mais devemos apontar que nós não fazemos uma parte do trabalho

6 Como trazido na introdução, houve uma opção política e epistêmica por autoras mulheres neste artigo. Por isso, não faço referência direta à produção de Aníbal Quijano, que é fundamental para as epistemologias decoloniais. Os textos de Quijano são de fácil acesso e o autor é referenciado nos trabalhos citados de várias autoras que são base deste artigo, incluindo Maria Lugones, Occhy Curiel, Tereza Spyer Dulci e Mariana Rocha Malheiros.

nos espaços comunitários⁷ com os homens, mas somos, estamos e produzimos fora do viés universal e absoluto, que hierarquiza gênero, trazendo o masculino como superior: o processo de despatriarcalização é a busca pelo rompimento destas hierarquias que moldam o sistema patriarcal e ainda se constituem como elementos do mundo colonizado.

Os feminismos produzidos pelas mulheres do Sul Global atuam na construção de novas relações entre homens e mulheres, bem como entre humanidade e natureza. Estes movimentos organizam o questionamento ao patriarcado como estrutura que sustenta não somente a opressão contra as mulheres, mas todas as formas de vida que se inserem na modernidade, incluindo a natureza (CASTILLO, 2017; SVAMPA, 2019).

Entendo também que estes grupos são justamente “a outra face” da modernidade, impactadas pelas colonialidades. Por isso, suas construções de *práxis* se apresentam como uma das possíveis respostas ao modelo hegemônico capitalista e às colonialidades, com as propostas descolonizadoras e despatriarcalizadoras. Ao trazerem o questionamento ao modelo de desenvolvimento, os movimentos de mulheres latino-americanos e caribenhos, frisam a necessidade de superação da modernidade capitalista patriarcal. Estes movimentos, ampliam suas intersecções, trazendo categorias como “memória” e “território” em suas práxis (LERMA, 2021), conseguindo ampliar os processos à descolonização e despatriarcalização dentro de suas lutas para a construção de “Bem-Viveres”. São demandas específicas das mulheres, mas também lutas de toda sua comunidade, que compõem o território que habitam (MALHEIROS, 2021).

“Mujeres construyendo la nueva Bolivia para vivir bien”: caminhos para um bem-viver despatriarcalizado

É dentro deste contexto de epistemologias e ativismos que as mulheres passam a reivindicar o Bem-Viver na Bolívia, que foi apresentado na Constituição Plurinacional como *Vivir Bien*⁸ (MALHEIROS, 2021). Nesse sentido, as equatorianas Soledad Varea, socióloga, e Sofía Zaragocin, geógrafa, entendem que a categoria do Bem-Viver trouxe reivindicações feministas especialmente em torno das categorias “gênero” e “raça” a fim de dialogar com esta categoria (VAREA; ZARAGOCIN, 2017).

Para as autoras, é contraditório pensar o Bem-Viver apontando as violências contra a natureza e os povos subalternizados/racializados (principalmente negros e indígenas), mas não se questionar sobre a violência contra as mulheres em todas as suas formas (VAREA; ZARAGOCIN, 2017). Entendemos que muito se produziu e evidenciou sobre o caráter descolonizador do *Vivir Bien* na Bolívia (MALHEIROS, 2021), porém, só as mulheres assumiram sua potencialidade despatriarcalizadora.

Assim, a perspectiva do *Vivir Bien* a partir dos movimentos de mulheres contra-hegemônicos – especialmente o Feminismo Comunitário – é uma das possibilidades de pensar o Bem-Viver a partir de processos descolonizadores e despatriarcalizadores. O Feminismo Comunitário atuou na Bolívia apresentando o *Vivir Bien* como categoria que potencializou a descolonização e a despatriarcalização não somente do Estado Plurinacional, mas também das comunidades e organizações indígenas a partir das relações instituídas (VAREA; ZARAGOCIN, 2017; SVAM-

⁷ Aqui, entendo comunidade como o espaço em que a vida acontece, sendo as universidades, os espaços de militância, o mercado de trabalho, a vizinhança, etc.

⁸ Como a construção e experiência do Bem-Viver na Bolívia é chamado de *Vivir Bien*, ao especificar este Bem-Viver sempre estará escrito *Vivir Bien*.

PA, 2019). Por este percurso, buscava-se repensar o patriarcado dentro de sua relação com a *Pachamama* e o território dentro de uma autonomia feminista (VAREA; ZARAGOCIN, 2017).

No Estado Plurinacional, esta relação aconteceu a partir das políticas públicas voltadas às mulheres. Em 2008, foi lançado o Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades sob título “*Mujeres Construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien*” (PNIOM), como consequência de um dos objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento e seu eixo *Bolívia Digna*, que trazia a redução das feridas sociais, econômicas, políticas e culturais entre homens e mulheres como um dos objetivos centrais. Coube ao Vice - Ministério de Gênero e Assuntos Geracionais (VMGAG), vinculado ao Ministério de Justiça e Transparência Institucional (MJTI), em diálogo com movimentos e organizações de mulheres – especialmente o Feminismo Comunitário (VMGAG, 2008). Já na sua introdução temos que:

“Las mujeres son la mitad de cada Pueblo”. Esta realidad es por demás obvia, sin embargo resulta generalmente invisible a los ojos de quienes toman decisiones, porque sus miradas de la realidad son tributarias de un imaginario patriarcal que reduce y arrinconna la presencia de las mujeres a espacios secundarios. Una de las formas más frecuentes de hacer invisibles a las mujeres es su agregación a “grupos vulnerables”, como si fueran una minoría o, peor aún, como si fueran un tema, el tema de violencia doméstica, negando así que son parte de los movimientos y organizaciones sociales, que son ellas quienes desde siempre, con sus cuerpos de mujeres, han hecho y construido la historia (VMGAG, 2008, p. 05).

A crítica à redução da categoria gênero às políticas públicas para equidade de gênero ou cotas é a base do PNIOM: as mulheres não são uma parte, mas o todo da sociedade. Ao se falar em mulheres, não se deve falar em uma parte da efetivação de políticas, mas da política descolonizadora e despatriarcalizadora que enfrenta não somente o colonialismo, o racismo e o capitalismo, mas também o patriarcado. As mulheres não são uma parte, mas a metade de cada povo (VMGAG, 2008). Logo, as políticas devem ser pensadas no todo, considerando a metade do povo. Ou seja, é preciso enfrentar o “masculino” como universal, construindo a partir das metades que se complementam entre os povos.

Este apontamento perpassa todo o documento e eu entendo que o mesmo está em diálogo com a crítica de Lugones à colonialidade do poder: “gênero” é também central para pensar a colonialidade do poder. A construção de Bem-Viveres, incluindo o *Vivir Bien* na Bolívia, não deve hierarquizar “gênero” como inferior a “raça”.

Contudo, o PNIOM ressalta que sua perspectiva de gênero é de denúncia do patriarcado, que explora o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, a partir da violência aos seus corpos. Há o reconhecimento de que o patriarcado existente não é somente herança colonial, mas também próprio das culturas originárias (VMGAG, 2008). O texto não fala especificamente do “entroncamento de patriarcados” (CURIEL, 2020), no entanto, evidencia a presença destes sistemas que atuam contra as mulheres: não basta somente enfrentar o colonialismo, é preciso rever o patriarcado popular e indígena próprio da Bolívia (VMGAG, 2008).

Neste sentido, a construção do *Vivir Bien* não promove a equidade de gênero tal como se entende no Ocidente. Dentro do que os movimentos de mulheres bolivianas construíram no PNIOM, o *Vivir Bien* precisa transcender o sistema de gênero ocidental, que é um produto histórico e cultural, e buscar uma nova forma de criar e socializar as pessoas desde a infância (VMGAG, 2008). Para que o Bem-Viver seja também despatriarcalizado, as relações de poder construídas a partir do gênero precisam terminar.

A perspectiva conceitual trazida pelo PNIOM não é da inclusão dentro do Estado Patriarcal, mas da criação de estratégias, jurídicas e políticas, que sejam pautadas nas demandas feministas que emergem das mulheres indígenas da Bolívia, por isso a forte crítica interseccional das estruturas. O *Vivir Bien* também foi uma ponte para o avanço no processo de mudança, articulando não só a descolonização, mas também a despatriarcalização das estruturas de Estado que compõem a Bolívia Plurinacional.

O desafio da descolonização e da despatriarcalização se pautou em cinco campos de ação que envolviam a pessoa, a comunidade e o Estado: corpo, espaço, tempo, movimento e memória, dentro das interseções com gênero, propostas pelos movimentos indígenas (LERMA, 2021). O quadro abaixo apresenta como estes campos se apresentaram no PNIOM através das áreas em que as políticas públicas deveriam ser elaboradas.

Quadro 01: Campos de ação voltados à descolonização e despatriarcalização do Vivir Bien às mulheres na Bolívia

Campos de Ação	Área da Política Pública
Corpo	Saúde e Combate à Violência contra às Mulheres
Espaço	Economia: combate à pobreza, geração de renda, acesso ao mercado de trabalho e acesso à terra
Tempo	Transversal a todas as políticas públicas
Movimento	Participação Política e acesso aos espaços de poder e decisão
Memória	Educação

Fonte: Elaboração própria a partir do PNIOM (VMGAG, 2021).

Cabe ainda destacar que, dentro do PNIOM, esta organização não se moldou a partir de hierarquias sobre políticas específicas às mulheres, tratando uma como mais importante que a outra. Todos estes temas foram tratados como categorias complementares, promovendo a integralidade das políticas às mulheres (VMGAG, 2008).

O vivir bien e o corpo: saúde e combate à violência contra às mulheres

Primeiro, o corpo. O PNIOM parte da compreensão de que o corpo fortalece as mulheres. O corpo é o lugar onde as relações de poder vão nos marcar até o fim de nossas vidas, indo além do biológico: é energia, afetividade, erotismo, sensibilidade, espiritualidade, devendo ser cuidado, amado e protegido. Por isso, a promoção das políticas deve ser voltada à promoção e proteção do corpo em sua integralidade (VMGAG, 2008).

A inclusão do acesso à saúde para as mulheres, dentro do campo de ação do corpo, se apresenta como o cuidado a partir do que é comum com os homens, mas também com suas especificidades, como os direitos sexuais e reprodutivos (VMGAG, 2008). Os principais problemas apresentados na construção do PNIOM foram a não garantia de uma adequada atenção à saúde reprodutiva das mulheres, a limitação do debate sobre direitos sexuais, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a falta da interculturalidade na execução deste serviço, trazendo também a alta taxa de mortalidade materna.



Logo, a principal proposta apresentada foi a promoção do acesso integral das mulheres às políticas sanitárias, principalmente relacionado aos direitos sexuais e reprodutivos, reconhecendo a diversidade de mulheres (incluindo a diversidade sexual), com suas etnicidades e culturas, que integravam o país, sendo esta responsabilidade do Estado Plurinacional Boliviano (VMGAG, 2008).

Cabe, entretanto, apresentar também duas questões como um desafio: o enfrentamento às doenças sexualmente transmissíveis – DST e o aborto. Os métodos para a prevenção das DST são os determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e as mulheres que vivem nos Andes os enxergam como uma tentativa de controle sobre seus corpos ou uma tentativa de *liberalizar* os corpos das mulheres, nos moldes ocidentais (VMGAG, 2008). A imposição de métodos contraceptivos às mulheres racializadas foi parte da estratégia desenvolvimentista e de embranquecimento da população na segunda metade do século XX.

Contudo, o PNIOM aponta que não há oposição na oferta dos contraceptivos através de Política de Estado (VMGAG, 2008). Entretanto, é necessário escutar e garantir o debate sobre as práticas ocidentais de controle de natalidade, promovido pelas mulheres dos Andes, garantindo o pleno acesso de todos e todas à informação.

Com relação à legalização do aborto, a situação é ainda mais delicada na Bolívia. No PNIOM, há o reconhecimento de que é necessário enfrentar o problema, que os abortos clandestinos são causa de mortalidade materna, mas não se fala na sua descriminalização e legalização, se enfatizando a necessidade de garantir condições (saúde, educação, autonomia econômica) para que as mulheres não precisem optar pelo aborto (VMGAG, 2008).

Sobre a violência contra as mulheres o PNIOM a entende como a expressão mais brutal do poder patriarcal, por isso mesmo o combate à violência como política pública é uma das ações mais necessárias para a proteção de seus corpos. Os maiores obstáculos no enfrentamento à violência contra as mulheres eram: a insuficiência na oferta de serviços públicos de proteção, a impunidade aos agressores, e o descumprimento das normas de proteção (VMGAG, 2008).

Este problema se apresentou no PNIOM não só como um dos mais graves às mulheres, mas sim da própria Bolívia, retomando exatamente o ponto em que as mulheres não são parte, mas a metade de tudo. A naturalização da violência contra as mulheres se refletia na falta de estrutura do Estado para atendimento destes casos, e também nas relações com os homens, que normalizavam as violências física, patrimonial, psicológica, social, política e sexual (VMGAG, 2008).

A antropóloga argentina Rita Segato entende que a modernidade transformou a domesticidade das mulheres indígenas no espaço privado, que é o espaço em que não se faz política, retirando sua força e o poder de decisão sobre as comunidades. Para a autora: “as mulheres tornaram-se progressivamente mais vulneráveis à violência masculina, intensificada pelo estresse da violência colonial” (SEGATO, 2021, p. 107). Trata-se da “privatização do espaço doméstico” (idem), em que esta esfera não tem importância para o mundo moderno, com a assimilação desta construção pelos homens indígenas, que já tinham uma cultura dentro do “patriarcado de baixa intensidade” (ibidem).

Ao despolitizar o doméstico, tudo o que se relaciona às mulheres torna-se marginal, parte, cota, interesse particular e não coletivo (SEGATO, 2021). Entendemos que foi esta compreensão, a partir da intensa violência experienciada no espaço doméstico que levou as mulheres na Bolívia a buscarem especialmente a inclusão nos espaços de poder.

O vivir bien e o espaço: o acesso aos meios de produção e autonomia econômica às mulheres

O segundo campo é o espaço como um campo vital para que o corpo se desenvolva, a partir da produção. Distingue os vários espaços que os corpos das mulheres ocupam, sendo três espaços na vertical e um único na horizontal. Na vertical: primeiro é acima, onde está o infinito, o horizonte sonhado; o segundo é abaixo, onde descansam os antepassados, se fixam as raízes e as sementes, trazendo o nosso pertencimento; terceiro é aqui, o trânsito entre as pessoas e os seres. Já o espaço horizontal entre homens e mulheres é o poder distribuído de modo igualitário e complementar nas suas relações (VMGAG, 2008). Por isso, dentro da economia, é preciso promover e garantir os lugares para as mulheres.

O PNIOM apresenta que metade da população boliviana se encontra em maior vulnerabilidade frente à pobreza e às desigualdades. Por isso, o texto destaca que a pobreza tem raça e sexo na Bolívia: é mulher indígena (idem). As mulheres são o grupo com menor acesso e controle de bens patrimoniais, tangíveis e intangíveis, sem renda, com empregos de menores remunerações, passíveis de sofrer violência no ambiente de trabalho e com menores aposentadorias.

Dentro destas considerações, o PNIOM é muito explícito: não se trata somente da criação de programas de geração e/ou transferência de renda, mas de transferência de renda às mulheres, também ressaltando que as mulheres não são uma parte ou cota específica, mas que estes programas devem se voltar à realidade das mulheres para sua execução (ibidem). Neste sentido, somente as políticas públicas de geração de renda e inclusão não eram suficientes para a construção de um *Vivir Bien* despatriarcalizado: era necessário também enfrentar o individualismo e o mercantilismo, bem como a própria exclusão das mulheres indígenas de suas comunidades que não permitem o acesso à renda (CASTILLO, 2017).

No PNIOM, além dos programas diretos de transferência de renda, outros dois elementos se destacam: o acesso ao mercado de trabalho e à terra como meio de produção. Conforme o PNIOM, as maiores dificuldades das mulheres no mercado de trabalho são: acesso e manutenção do emprego, já que as mulheres são as principais responsáveis pelos trabalhos de cuidado com a família; discriminação salarial, com salários inferiores que impactam em suas rendas; a violência no espaço laboral, subnotificada pelo medo da perda do emprego (VMGAG, 2008).

A maior parte do PNIOM, ao tratar de empregos, volta-se à perspectiva da inclusão das mulheres. Vemos que foi uma demanda das próprias mulheres como uma estratégia de maior acesso à renda e resposta em curto prazo, especialmente para as mulheres chefes de família. Um dos desafios para melhoria da renda das mulheres é também a questão da qualificação, através da educação (idem). Com isso elas poderiam acessar empregos com melhores salários. Entendemos que esta opção, naquele momento, foi estratégica: a inclusão dentro de um modelo capitalista para, a partir dele, iniciar o processo de alteração do modo de produção, possibilitando repensar as próprias estruturas produtivas, buscando sua descolonização e despatriarcalização.

Cabe destacar que o acesso à terra para as mulheres, naquele momento de elaboração do PNIOM, foi uma das políticas que mais avançou. Por questões culturais, alinhadas ao patriarcado, as mulheres não conseguiam o acesso ao título das terras que herdavam de seus pais e/ou esposos, assim como, não conseguiam se inscrever nos programas voltados à reforma agrária. Com o avanço do debate sobre os direitos das mulheres, o acesso à terra entrou na pauta e se tornou um ponto importante para atuar no processo de despatriarcalização do *Vivir Bien* (ibidem).

Houve uma opção política das mulheres por políticas de acesso à renda de forma individualizada, especialmente pela desigualdade no acesso à renda entre homens e mulheres, tanto no campo como na cidade (VMGAG, 2008). Contudo, o PNIOM destacou ao longo do seu texto, a necessidade de vínculo comunitário como horizonte para promoção do *Vivir Bien*. Este vínculo comunitário entre mulheres e entre homens e mulheres é um dos pontos que possibilita almejar a construção de Bem-Viveres descolonizados e despatriarcalizados (CASTILLO, 2017).

Tempo e movimento no vivir bien: as mulheres ocupam os espaços de poder

O terceiro é o tempo. A vida das pessoas e dos povos não é atemporal, mas, ao contrário, está definida por um marco finito e contabilizado. No patriarcado, o tempo do homem é mais valorizado, inclusive em termos de remuneração. O PNIOM propõe o resgate da beleza do tempo cotidiano, da rotina, do movimento espiral que é fundamental para a sobrevivência da vida (VMGAG, 2008).

O quarto campo de ação é o movimento, exemplificado a partir dos movimentos sociais e das organizações políticas em que mulheres e homens constroem um corpo comum. Se algo tem vida, se move; se algo se move, tem vida. Com os movimentos, se forma o corpo social que possibilita a apropriação e responsabilização sobre nós mesmas(os), possibilitando a reapropriação de quem somos e de nossos sonhos retirados pelos sistemas de opressão (idem).

Neste eixo, o PNIOM pautou a igualdade fática frente a jurídica e apontou alguns problemas que dificultavam o acesso das mulheres aos espaços de poder: iniciando com o acesso aos documentos básicos, como certidão de nascimento e cédula de identidade, até a violência política sofrida pelas mulheres nos espaços de decisão, tanto institucionais quanto nas comunidades. Assim, para se alcançar o *Vivir Bien*, é preciso garantir a participação jurídica e fática das mulheres nos espaços de poder, com a sanção aos partidos políticos, organizações e homens que impedem a sua presença efetiva nestes espaços (ibidem).

Este eixo também reconheceu que a luta das mulheres dentro das organizações e movimentos sociais foi fundamental para alcançar as principais conquistas da Bolívia, especialmente a Assembleia Constituinte que pautava a Plurinacionalidade e o *Vivir Bien* como princípio do Estado (MALHEIROS, 2021). Esta Assembleia foi também a que contou com a maior participação das mulheres, ocupando 34% das cadeiras (VMGAG, 2008).

O avanço das mulheres nos espaços de poder e decisão significam a democratização destes espaços, bem como, mulheres não pautam somente “questões de mulheres”, mas também revelam uma grande capacidade para a resolução dos problemas comuns, dialogando com a proposta do documento de que as mulheres não são parte, mas a metade do todo (VMGAG, 2008). Por isso mesmo, garantir a igualdade entre homens e mulheres nos espaços de poder e decisão se tornou prioridade dentro do Estado (MALHEIROS, 2021).

Educação e vivir bien: o fortalecimento da memória

Por último, o PNIOM traz a memória como elemento a ser descolonizado e despatriarcalizado. A memória une gerações e povos. Para a luta das mulheres na América do Sul, especialmente na Bolívia, a memória é uma categoria em que se pode interseccionalizar com outras, a fim de ampliar o alcance da luta feminista anti-colonial (LERMA, 2021).

Despatriarcalização do bem-viver

Contudo, o documento destaca que não se deve idealizar a América pré-conquista, como se não houvesse machismo, porque existia um patriarcado antes da invasão, dialogando com as categorias de “patriarcado de baixa intensidade” (SEGATO, 2021) e “patriarcado original ancestral” e “patriarcado colonial negro” (LERMA, 2021). Este reconhecimento possibilita a unidade com a ancestralidade, mas também organiza *procesos de cambio* para o seu enfrentamento, rumo à despatriarcalização do *Vivir Bien* (VMGAG, 2008).

A educação se encontra no campo de ação da memória porque se trata das raízes que formam a Bolívia, não como um passado que é uma recordação, mas como ação espiral do tempo que projeta um futuro com o conhecimento produzido por séculos. Dentro das políticas de educação se apresentam os instrumentos necessários para que este conhecimento possa ser repassado, mas também transformado, a partir de sua *práxis* (VMGAG, 2008).

Com estes critérios, o PNIOM vai apontar quais os maiores problemas das mulheres no acesso à educação e na promoção de uma educação que valorize os saberes e os conhecimentos das mulheres indígenas. Por isso, elenca: a alta taxa de analfabetismo na área rural; oferta educativa sem mecanismos para permanência das mulheres; maior abandono de mulheres que homens no sistema de educação formal e conteúdos curriculares que reproduzem uma cultura sexista e estereotipada. Também apresenta como macro-problema os insuficientes mecanismos de acesso e igualdade para permanência das mulheres nas instituições educativas, que continuam reproduzindo estereótipos de gênero (VMGAG, 2008).

Por isso, um dos desafios para que *Vivir Bien* seja despatriarcalizado é garantir o acesso das mulheres à alfabetização, sua permanência nos espaços de ensino institucional em todos os graus e a incorporação da transversalidade de gênero em todos os espaços de ensino, especialmente na formação docente. Estas medidas também dialogam com a proposta de que as mulheres não são parte, mas a metade de tudo, devendo a educação também ser pensada a partir das mulheres e não somente para (MALHEIROS, 2021).

Construindo bem-viveres despatriarcalizados: provocações para a continuação do debate

Este artigo é fruto da minha pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea (PPGICAL), na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Apresentei questionamentos que me acompanharam (e continuam acompanhando) ao longo de mais de dois anos e busquei respostas que não se pretendem únicas, mas se colocam como possibilidades de *práxis* e epistemologias para a construção de Bem-Viveres que se proponham a serem descolonizadores e também despatriarcalizadores.

Na primeira parte deste artigo, organizei um levantamento teórico, interseccionando elementos chaves para se pensar Bem-Viver e/ou Bem-Viveres com o Feminismo Decolonial e suas relações com os feminismos produzidos por mulheres racializadas, trabalhadoras e fora da heterossexualidade hegemônica. Na segunda parte, com as categorias apresentadas, pude realizar um diálogo com o documento “Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades sob título “*Mujeres Construendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien*” (PNIOM), construído pelas mulheres bolivianas – especialmente do Feminismo Comunitário – durante o primeiro governo de Evo Morales (2006-2009) (MALHEIROS, 2021).

Dentro do que as mulheres bolivianas elaboraram, o que se vislumbra é que um dos caminhos para despatriarcalização do Bem-Viver é também a inclusão das mulheres dentro das

políticas sociais: acesso à saúde, educação, trabalho, geração de renda, espaços políticos institucionais e combate à violência são tão necessários para construir Bem-Viveres como a construção de novas relações entre seres humanos e natureza. Entretanto, Bem-Viveres despatriarcalizados não devem ser reduzidos às políticas de inclusão ou à perspectiva de cotas, pautadas pelo feminismo hegemônico. Ao afirmar que as mulheres são a metade do todo, há um desafio para que a inclusão dentro do Estado Patriarcal não seja o fim: as cosmovisões, as epistemologias e as produções feministas não devem ser base somente de políticas para as mulheres, mas para todos e tudo.

Entendo que já há um problema epistêmico com a separação entre descolonização e despatriarcalização. Se o patriarcado é uma das estruturas que compõe tanto a colonização como processo histórico e a colonialidade como padrão de poder mundial, porque ao falarmos em descolonização a despatriarcalização já não está inserida em seus processos? Concordo que é necessário reafirmar a despatriarcalização como forma de evidenciar a luta das mulheres. Entretanto, há uma dificuldade de avanço no debate descolonizador exatamente porque não se enfrenta o patriarcado como uma de suas principais estruturas. Descolonizar precisa ser despatriarcalizar. Da mesma forma, não é possível pensar em Bem-Viveres se eles não forem despatriarcalizados.

Os Bem-Viveres precisam ser formados pela metade dos povos, as mulheres, tanto nas cosmovisões, epistemologias e práxis de transformação, especialmente para o enfrentamento à lógica neoliberal que promove o individualismo e a violência do (a) outro (a). Neste sentido, os feminismos latino-americanos e caribenhos – incluindo aqui os Feminismos Contra-Hegemônicos da Bolívia - alinhados com o feminismo decolonial, podem apresentar alternativas possíveis de solidariedade, epistemologias e práxis que promovam a vida dos povos e da natureza.

Referências

BAMBIRRA, V. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. 15ª ed. Coyoacán: Siglo Veintiuno Editores, 1999.

CASTILLO, R. A. H. Confrontando la Utopía Desarrollista: El Buen Vivir y La Comunalidad en las Luchas de las Mujeres Indígenas. In: VAREA, S.; ZARAGOCÍN. **Feminismo y Buen Vivir: Utopías Decoloniales**. Cuenca: Pyblo Ediciones, Universidad de Cuenca, 2017.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 120 – 139, 2020.

DULCI, T. M. S. Una mirada decolonial al concepto de desarrollo. In: MEDINA, Tajina Ojeda; VILLAMAR, M. V. (org.). **Pensamiento Crítico Latino-Americano Sobre Desarrollo**. Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación – Catarata, p. 74-86, 2020.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LERMA, B. R. L. Feminismos da América Latina. In: KATHARI, Ashish; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. Tradução de Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Revista Tábula Rasa**. Bogotá: n. 09, p. 73-101, 2008.



Despatriarcalização do bem-viver

____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: n.22 (03), p. 935-952, 2014.

MALHEIROS, M. R. **Perspectivas Descolonizadoras e Despatriarcalizadoras à Plurinacionalidade e ao “Vivir Bien” na Bolívia: uma Análise Feminista Contra-Hegemônica**. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea na América Latina). Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), Universidade Federal da Integração Latino – Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, p. 203. 2021.

SEGATO, R. Gênero e Colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial - moderno de alta intensidade. In: SEGATO, R. **Crítica da Colonialidade em Oito Ensaios e uma Antropologia por Demanda**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 85-120, 2021.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

VAREA, S.; ZARAGOCIN, S. Introducción. In: VAREA, S.; ZARAGOCIN, S. (org.). **Feminismo y Buen Vivir: Utopías Decoloniales**. Cuenca: Pydlos Ediciones, p. 05-16, 2017.

VMGAG – Viceministerio de Género y Asuntos Generacionales – Ministerio de Justicia. **Plan Nacional para la Igualdad de Oportunidades: “Mujeres Construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien”**. La Paz: Diciembre, 2008.



Darpiet

11/10